

# DINÂMICAS DO CRESCIMENTO PENTECOSTAL NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - O CASO DA IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS

Danilo Fiani

Universidade Federal do Rio de Janeiro – Brasil

danfiani@yahoo.com.br

Endereço postal: Rua Humaitá, 104, bloco 1, apto. 201. Humaitá, Rio de Janeiro, RJ –

Brasil. CEP: 22261-001

## **Introdução:**

O avanço do pentecostalismo é, sem dúvida, um dos principais fenômenos de relevância na sociedade brasileira. Desde a década de 80 essa crença passou a ter um número cada vez maior de adeptos, e tem chamado a atenção de jornalistas, cientistas sociais e demais pensadores da realidade social brasileira.

De fato, dados de pesquisa recente feita pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas em 2005, a partir do Censo Demográfico de 2000, indicam um total de 16,19% de evangélicos no país e um acréscimo de 7 pontos percentuais com relação aos dados de 1991. Nesse universo, o movimento pentecostal pode ser apontado como o principal ator – senão o único – desse crescimento exacerbado, uma vez que representa aproximadamente dois terços dos evangélicos no país. Além disso, um outro fator, de natureza essencialmente política, atribui maior relevância ao fenômeno destacado, que é a entrada vigorosa de grupos pentecostais no sistema político nacional. E, não obstante serem numerosas as denominações pentecostais no Brasil, uma tem se destacado mais no cenário político: a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD).

Conforme demonstra Beozzo (2003), apesar de não ser a maior denominação em número de fiéis (segundo o Censo de 2000, 2,1 milhões, contra 2,5 da Congregação Cristã do Brasil e 8,4 da Assembléia de Deus), a IURD é a igreja pentecostal que mais rapidamente cresce e que tem conseguido os melhores resultados na arena política, com uma expressiva representação no Congresso Nacional (apesar da significativa redução desta representação imposta pelas eleições de 2006 com relação às de 2002, cuja explicação possivelmente reside na ligação de

alguns políticos pentecostais com os recentes escândalos de corrupção como o caso do “mensalão”) e nas demais instâncias parlamentares do país (estados e municípios). Muito disto se deve a seu avassalador poderio de marketing (um canal de TV próprio – a TV Record, e um jornal semanal de abrangência nacional, a “Folha Universal”). Ultimamente, registra-se a criação de um novo partido estritamente ligado a seus interesses, o Partido Republicano Brasileiro, que, com pouco tempo de exposição no horário eleitoral, quase elegeu o senador Marcelo Crivella, bispo licenciado da IURD, para o segundo turno das eleições para governador do estado do Rio de Janeiro.

A demonstrada evidência que o pentecostalismo e, notadamente, a IURD, passaram a ter na realidade social e política brasileira tem sido objeto de muitos estudos em ciência social, apesar de pouco abordada pela geografia e, menos ainda, pela geografia política. Variados são os questionamentos sobre esse tema, em que se busca as razões para o crescimento, suas estratégias sociais, políticas e territoriais, seu comportamento na política, etc. Existe pouco consenso, mas quase todos concordam que o pentecostalismo se baseia nas classes mais pobres da sociedade (Cesar, 2000; Machado, 1992; Souza e Magalhães, 2002), apesar de isto não significar que a pobreza é necessariamente uma *causa* do crescimento pentecostal. No entanto, este fato leva a um raciocínio muito comum utilizado tanto pela mídia, quanto por muitos cientistas sociais brasileiros, inclusive na geografia, e mesmo no senso comum, segundo o qual as igrejas evangélicas levariam as pessoas a um estado de alienação, de passividade perante os problemas sociais e mesmo a adotarem um espírito contra-revolucionário. É exatamente sobre este tipo de argumento que objetivamos a primeira parte deste artigo.

Na primeira parte, procura-se averiguar até que ponto tal afirmativa é válida, de acordo com algumas concepções sobre as religiões e sobre as igrejas pentecostais. Sugerimos também a existência de uma espécie de “fetichismo revolucionário” em grande parte da esquerda brasileira e latino-americana, que nos bloqueia a perceber certos aspectos mais relevantes do processo democrático. E, servindo de apoio a esse argumento, servimo-nos do aporte teórico sobre a social-democracia, sobretudo do cientista político alemão Eduard Bernstein, no sentido de demonstrar um pensamento de esquerda plausível e de acordo com a democracia, cuja solidez ultrapassa um

século de existência e que grande parte da esquerda brasileira (senão latino-americana) e sobretudo a geografia brasileira *parece* ignorar.

Na segunda parte, procuramos, através de alguns estudos, características sobre a espacialização pentecostal. Tanto o senso comum quanto diversos estudos científicos têm apontado as classes mais pobres e as áreas periféricas das grandes cidades como os principais domínios pentecostais. À primeira vista, entretanto, este não parece ser o caso da IURD, cujos templos aparecem difundidos por todas as áreas da cidade.

Por fim, e admitindo o formato quase-ensaístico deste artigo, concluímos por considerar o crescimento pentecostal enquanto uma manifestação social legítima e politicamente de acordo com os princípios democráticos, demonstrando, para além de um pensamento estritamente focado na revolução, e que por vezes se demonstra maniqueísta, que há pontos controversos e pouco percebidos nessa manifestação de profundo interesse para a esquerda, para a democracia e para o pensamento social e político.

Sugerimos ainda a indicação da Igreja Universal do Reino de Deus enquanto uma instituição diferenciada das demais instituições, não tão presa às classes mais populares e também com um pensamento estratégico espacial e político definido *a priori*. Estas considerações, no entanto, por algumas dificuldades encontradas na realização deste trabalho e explicitadas mais abaixo, ainda requerem uma análise mais cuidadosa e científica, inclusive com estudos empíricos.

## **A social-democracia: aspectos sobre sua fundação e o pensamento de Eduard Bernstein**

Segundo Adam Przeworski, o projeto dos primeiros socialistas era construir uma sociedade dentro da sociedade, independente do “mundo burguês”. No entanto, ao passo que a sociedade burguesa foi desenvolvendo suas instituições políticas, a postura de independência não poderia mais ser sustentada: as novas instituições políticas deveriam ser tratadas ou como um inimigo ou como um instrumento em potencial (Przeworski 1985, 7). De fato, segundo o mesmo autor, a criação de uma

sociedade dentro de outra não era suficiente: a conquista do poder era necessária, e a questão que atormentaria os primeiros socialistas era se esse poder deveria ser conseguido através das instituições existentes – i.e., a democracia política e o voto – ou não. Este parece ter sido o grande dilema dos socialistas no século XIX, a escolha entre a abstenção ou a participação.

É interessante notar que, como nos mostra Bernard Manin, alguns argumentos dos abstencionistas eram apoiados nas críticas de Marx. Para este, segundo Manin, o sufrágio universal e a universalidade dos direitos políticos seriam a expressão de uma ilusão e de uma alienação enquanto durasse a ordem capitalista. Dentro de uma sociedade capitalista, os homens seriam concretamente desiguais segundo suas condições de existência, o que faria da igualdade dos seus direitos políticos um fato abstrato e ilusório, dissimulador da luta de classes (Manin 1989, 26). No entanto, é necessário aludir para a consideração de Przeworski, ao relativizar tais argumentos de Marx:

“(...) little is to be gained by interpreting and reinterpreting every word Marx wrote about bourgeois democracy for the simple reason that Marx himself and the men and women who led the newly formed parties into electoral battles were not quite certain what to expect of electoral competition”. (*op.cit.*, 9).

O fato é que a partir de 1873, com a derrota dos abstencionistas na Primeira Internacional, os recém-formados partidos socialistas (a maior parte fundada entre 1884 e 1892), passou a adotar os princípios da ação política e da autonomia dos trabalhadores (*op. cit.*, 8). Tratava-se de uma adesão cautelosa, uma vez que não se sabia qual seria a reação da burguesia a uma possível vitória socialista nas eleições. A cautela seria abandonada, no entanto, com as sucessivas repressões feitas aos sindicatos no início do século XX nos países desenvolvidos da Europa Ocidental, quando ocorreram uma série de greves mal sucedidas e a passagem de legislações anti-grevistas (*op. cit.*, 12). A participação parlamentar passou então a ser vista como um recurso fundamental. É interessante também destacar um argumento de Manin, sobre a relação dos sindicatos com os partidos social-democratas. Para este autor,

será nos países em que o sufrágio universal foi fruto de lutas sindicais que os partidos social-democratas serão mais fortes, engajando-se mais na disputa parlamentar (Manin, 1989).

Esse dilema inicial é na verdade uma controvérsia fundadora da social-democracia: o constrangimento dos socialistas para com a participação na sociedade burguesa parece durar até hoje, mesmo que de forma um pouco menos intensa que há um século atrás. É ainda muito comum ver estudos em geografia, sobretudo ligados à corrente crítica, que se valem de argumentos ligados à ortodoxia marxista, mas sem uma devida relativização, a respeito do Estado enquanto um “aparato de dominação burguesa”. E isso sem mencionar as quase-dinossáuricas assembleias sindicais de operários e professores, nas quais esse termo é comumente usado.

Uma vez definidas as bases para a entrada definitiva dos partidos socialistas na democracia, um desdobramento da antiga controvérsia se revela, simbolizado pela clássica contraposição dos pensamentos de Eduard Bernstein e Karl Kautsky, no início do século XX. Apesar de a bibliografia considerar aproximações entre esses dois importantes pensadores da social-democracia, o primeiro é considerado o pai da corrente revisionista/reformista da mesma, enquanto o segundo representa uma corrente mais à esquerda, revolucionária. O dilema muda de figura e passa de abstenção vs. participação a revolução vs. reforma.

Segundo Manin e Bergounioux (1979, 57), apesar de Kautsky ser comumente ligado a um “radicalismo passivo” e Bernstein ao reformismo, existem diferenças entre eles que não devem ser ignoradas.

As idéias de Karl Kautsky são ligadas à ortodoxia marxista, e não abandonam a idéia de revolução. O autor é, contudo, mencionadamente anti-leninista, e não concorda com nenhuma revolução que tenha como uma de suas armas a violência (Manin, *op. cit.*, 33). A revolução deveria ser conquistada portanto através da via democrática, através do partido social-democrata.

Para crer nisso Kautsky tinha, na base de seu pensamento revolucionário, a crença de que a classe proletária um dia seria majoritária na sociedade desenvolvida. Dessa maneira, o total apoio que esta classe daria ao partido socialista, proporcionaria

também a este majoritariedade no parlamento. Podemos ver isto nos seguintes argumentos do autor, em seu “Erfurt Program”:

"...Economic development will lead naturally to the accomplishment of this purpose. (...) there can be no doubt as to the final victory of the proletariat. For this class grow constantly in moral and political power as well as in numbers. (...) On the other hand, the classes opposed to the proletariat diminish constantly in numbers (...)" (Kautsky 1971, 189).

O autor acreditava que seria fácil a organização dos trabalhadores em sindicatos de abrangência nacional (e, por conseguinte, o apoio dos mesmos aos partidos social-democratas), uma vez que a progressiva mecanização do trabalho “equalizaria” os trabalhadores, extinguindo a aristocracia do trabalho (*op. cit.*). Assim, uma vez adquirida a maioria parlamentar, a revolução pacífica seria concretizada. Conforme explica Manin, uma vez que a maioria fosse conquistada, o partido aplicaria seu programa e a classe vencida deveria se submeter. A democracia era então considerada como o “reino da maioria”, e o ponto chave do programa de Kautsky que fundamenta sua revolução seria a *apropriação coletiva dos meios de produção*. Dessa maneira, o autor dissocia a idéia de revolução da idéia de violência, e a democracia vira exclusivamente um *meio* para que se consiga implementar a revolução socialista, uma vez que a maioria da sociedade seria constituída por proletários. Trata-se do “*attentisme revolutionnaire*” proposto por Groh (*apud Manin, op.cit.*), essa crença milenarista de que o proletariado alcançaria um dia a maioria e a revolução socialista.

"(...) The root of exploitation (...) is to be found in private ownership of the means of production. The proletariat can do away with the former only by destroying the latter. If the propertyless condition of the proletariat makes possible its winning over to the abolition of this form of private property, its exploitation will compel it to abolish exploitation and to substitute co-operative for capitalist production". (Kautsky, *op. cit.*, 190)

Percebe-se, em Kautsky, pouca ou nenhuma disposição em negociar com outras classes: o partido social-democrata deve ser puro e exclusivamente o representante do proletariado.

Por outro lado, a corrente reformista terá como seu principal expoente Eduard Bernstein. Se ambos concordam com a via democrática, Bernstein e Kautsky parecem discordar de todo o resto. Se pudéssemos sintetizar o pensamento de Bernstein e uma só sentença, a menção de que o “socialismo em última instância nada mais é que a aplicação da democracia à totalidade da vida social” (Bernstein *apud* Manin e Bergounioux, *op. cit.*, 58) exerceria bem esse papel. Ao contrário de Kautsky, que considerava a democracia um meio para se conseguir mudar a sociedade, Bernstein a considera meio e *fim* para tal feito. Segundo Przeworski, o dilema entre revolução e reforma se agudiza a partir daí, uma vez que a democracia “parou de ser vista como meramente uma tática”, e os partidos social-democratas passam a reconhecer na democracia política “um valor que transcende diferentes formas de organização da produção” (*op. cit.*, 15). O autor cita ainda uma passagem de Bernstein, em que este considera o socialismo simplesmente como a “democracia trazida à sua conclusão lógica”.

Bernstein era contrário a qualquer tipo de revolução imposta, mesmo que por uma maioria, e acreditava que através da democracia a classe trabalhadora poderia implementar reformas que melhorassem suas condições. Esses aspectos podem ser percebidos na passagem abaixo, de impressionante atualidade:

"(...) The tyranny of the majority (...) is fundamentally different from the majority rule in a modern democracy. Indeed, experience has shown that the longer democratic arrangements persist (...) the more respect and consideration for minority rights increase and the more party conflicts lose their animosity. (...) But anyone who has not succumbed to the utopian idea that, under the impact of a prolonged revolutionary catastrophe, the nations will dissolve into a multitude of mutually independent communities, will regard democracy as more than a political expedient the only use of which (...) is to complete the ruin of capital.

Democracy is both means and end. It is a weapon in the struggle for socialism, and it is the form in which socialism will be realised". (Bernstein 1993, 142).

Suas preocupações para com o processo democrático, a tirania da maioria e a representação das minorias fazem de sua obra ainda hoje um importante aparato para se entender a democracia enquanto uma arena de conflitos e de melhoria social. Para o autor, a democracia é a abolição do governo de classe, não sendo, no entanto, a abolição das classes (*op. cit.*, 143). O autor acredita que as classes devam ceder, reconhecer os limites de seu poder perante outras classes e fazer concessões, sendo a democracia portanto uma escola de compromisso. E é dessa forma que ele acredita que os partidos social-democratas devem proceder, através do trabalho parlamentar e do respeito perante os interesses de outras classes, questionando por exemplo o termo "ditadura do proletariado", muito usado pela esquerda mais radical (*op. cit.*, 145).

Ainda, Bernstein rebate muitas das crenças de Kautsky, demonstrando alguns pontos como a heterogeneidade do proletariado, seu aspecto minoritário em todos os países, o fato de que não há nenhuma garantia de que os proletariados votem nos partidos socialistas e a incapacidade administrativa do Estado em nacionalizar os meios de produção, bem como algumas limitações do sistema de cooperativas na gestão de empresas. Não convém detalhar esses termos, mas todos combatem a idéia de uma revolução conforme defendia Karl Kautsky.

Bernstein considerava os ditames revolucionários uma "fraseologia obsoleta", e ansiava pelo momento em que a Social Democracia conseguisse dela se emancipar e perceber a si mesma como o que ela na verdade já era: *um partido socialista democrático de reformas* (*op. cit.*, 186). "Everywhere there is action for reform, action for social progress, action for the victory of democracy" (*op. cit.*, 188). E de fato foi isso que aconteceu. Conforme demonstram Manin e Bergounioux (*op.cit.*), apesar de a mencionada "fraseologia" ter permanecido no início, na prática o pensamento reformista de Bernstein vigorou nos principais partidos social-democratas europeus. A idéia revolucionária passou, ao longo do século, pelo que Manin considera uma "desintegração progressiva": tratou-se na verdade de uma erosão diferencial, em que primeiro erodiu-se a idéia de revolução *violenta* e, posteriormente, a idéia de *rapidez*.



A “revolução” na verdade se transformaria em uma transformação pacífica e gradual em favor das classes menos favorecidas, o que na prática significa o abandono da revolução em favor da reforma (Manin, *op. cit.*, 37).

Feita a breve reconstrução do pensamento desses importantes autores, é interessante nos reportarmos para a atualidade e o pensamento social e político no Brasil. Talvez não fosse nenhum exagero dizer que grande parte da Ciência Social e da Geografia brasileiras (senão latino-americanas), assim como grande parte de sua classe política de esquerda, parou em Kautsky, senão antes dele. Permita-nos o leitor dispensar um amplo levantamento bibliográfico que comprove isto, admitindo um tom um tanto ensaístico nesta etapa do artigo, mas são muito comuns sobretudo em estudos de Geografia Humana (e sabidamente também em outras ciências sociais) argumentos que priorizam um anseio ativista e revolucionário ante formas de se aprimorar a cidadania e o processo democrático. Nos livros didáticos esse aspecto é evidente, apesar de estarmos à beira de completarmos 20 anos da nova democracia. Existe um fetichismo revolucionário no pensamento social e político brasileiro, e o “assalto ao Palácio de Inverno” ainda parece nos causar um fascínio preocupante. Talvez a ausência de grandes revoluções na história brasileira faça deste tipo de acontecimento, para nossa “classe pensadora”, o eldorado que nem Coronado nem Quesada encontraram. E o mais grave é que esse tipo de pensamento muitas vezes nos bloqueia a perceber importantes aspectos na sociedade brasileira, fazendo-nos crer que Bernstein ainda tem muito a nos ensinar. Cito dois exemplos.

O primeiro refere-se ao Bolsa-Família, programa de renda mínima, consideravelmente ampliado pelo Partido dos Trabalhadores a partir de 2002. Tal programa é, obviamente, muito criticado pela classe política mais liberal. No entanto, é comum ver argumentos contra sua aplicação no sentido de que se trata de uma prática “assistencialista”, que “aquietam o povo” e o desmobiliza. O que raramente é observado, porém, é que os pacotes de renda mínima foram desenvolvidos e fortemente implementados pela social-democracia europeia em meados do século XX, no sentido de se fundar um bem-estar social universalizante e proporcionar a famílias uma qualidade mínima de vida. Uma obsessão pelo ativismo que nos persegue muitas

vezes nos impede de perceber processos essencialmente democráticos e cidadãos em nossa sociedade.

Um segundo exemplo se ocupa das igrejas evangélicas pentecostais, nosso objeto de estudo que veremos a seguir com mais detalhe. Trata-se de um argumento mais amplamente utilizado, de que tais igrejas são alienalizantes, desmobilizantes e contra-revolucionárias. Veremos portanto a seguir que, além de tais argumentos serem a priori ilógicos, e em virtude de uma certa dose de maniqueísmo que os permeia, deixam de perceber que tais igrejas vêm preencher uma lacuna deixada pelo Estado, e suprem seus fiéis de toda uma rede de solidariedades e de estrutura que elas de outra forma dificilmente adquiririam. E que, enquanto minorias, adentram o processo democrático criando uma nova e legítima configuração de demandas e comportamentos.

### **Pentecostalismo: uma legitimidade democrática**

O crescimento do pentecostalismo tem provocado em muitos analistas susto e muitas vezes temor. Antes de mais nada, é necessário dizer que no pensamento científico deve-se fazer sempre um esforço contra preconceitos e sobretudo contra o senso comum, para se fazer uma análise racional dos fenômenos. Organizamos este capítulo desconstruindo alguns argumentos bastante utilizados quando se trata da atuação pentecostal na sociedade e na política brasileiras.

Em primeiro lugar, a participação de evangélicos e pentecostais na política é *legítima* e *não infringe* o princípio de separação entre a Igreja e o Estado. Na realidade, se o Estado é ético e moralmente laico, e se suas leis e princípios constitutivos são baseados em preceitos estritamente racionais de conduta, isto *não significa* que os grupos religiosos não possam participar do processo democrático e não possam ser legitimamente representados. Enquanto segmentos importantes da sociedade, e, mais ainda, enquanto *minorias*, não existe argumento lógico que justifique uma não representação de seus interesses na arena de conflitos que é a democracia. Nesse sentido Bauer afirma, ao tratar do comportamento dos Estados:

“Aucun (...) ne peut être indifférent à une dimension de la vie en société. Tenir compte de la religion n'est pas une question de principe mais de pragmatisme” (Bauer 1999, 113).

Assim sendo, o argumento de que a participação evangélica na política não é válida, por infringir a laicidade do Estado, é falso e não expõe a questão de uma forma elucidativa. E, se assim o fosse, dever-se-ia também protestar contra a atuação de todas as outras religiões, sobretudo a Igreja Católica, que tem historicamente uma presença ativa na política nacional, mesmo que por vezes exercida apenas sobre a forma de “grupo de pressão”.

Em segundo lugar, o argumento de que as igrejas pentecostais implementam um espírito “anti-revolucionário” é plena de incongruências quando aplicada à realidade social brasileira. Este tipo de pensamento, do qual discordamos, é bem elaborado na seguinte passagem de Mônica Sampaio Machado, em sua esclarecedora dissertação de mestrado em Geografia sobre a territorialidade pentecostal:

“O pentecostalismo, enquanto uma crença protestante, vem desempenhar, embora em condições de desenvolvimento capitalista diferente das analisadas por Weber, um papel importante, com referência à manutenção das relações capitalistas de produção, que não pode ser negligenciado. Este papel refere-se à conservação da ordem social vigente. (...) a crença pentecostal vem funcionar como um instrumento de controle social capaz de reunir, em uma mesma comunidade moral, um significativo número de fiéis portadores de linhas de conduta de caráter *fundamentalmente passivo e contra-revolucionário* [grifo nosso]” (Machado 1992, 41).

Antes de mais nada, convém lembrar Bertrand Russell. Este menciona, em seu livro “O Poder” (Russell 1979), que após cada revolução, o sistema que se estabelece logo se torna tradicional. Dessa maneira, qualquer poder eclesiástico assim que se assume tende para o conservadorismo, mesmo que fosse revolucionário a princípio. A revolução mexe com os credos e hábitos estabelecidos e assim põe em risco o poder

das Igrejas. Sabendo disso, dizer que a igreja pentecostal tem um espírito “contra-revolucionário” configura um truísmo que não nos permite fazer maiores construções que não as de cunho meramente ideológico. Assim sendo, será contra-revolucionária *qualquer Igreja de poderio bem estabelecido*, respeitando-se a escala de análise.

Contra esse argumento, mencionamos que as igrejas pentecostais criam toda uma rede de solidariedades e ajuda mútua para seus membros, permitindo aos mesmos uma capacidade de ascensão social e melhoria de vida. Como se sabe, grande parte das pessoas que freqüentam essas igrejas pertencem às classes mais populares dos centros urbanos, habitando áreas em que a atenção do Estado é “menor” quando não é nula (o caso da maioria das favelas brasileiras). Citando o economista Carlos Lessa, Machado (*op. cit.*) expõe uma passagem em que “o descaso do poder público e a ausência da figura do Estado têm propiciado (...) a inserção e difusão de grupos religiosos portadores do pentecostalismo. Pois estes constroem uma cadeia de solidariedade orgânica capaz de oferecer proteção em determinados momentos (...)” (p. 74). As igrejas promoveriam, portanto, uma espécie de “solidariedade de grupo” que sem dúvida é de extrema utilidade para famílias carentes, desprovidas de apoio estatal. Quando não se tem noção da realidade concreta de muitas dessas famílias, o termo “manipulação” torna-se por vezes uma explicação muito fácil e barata para explicar o porquê de suas adesões ao pentecostalismo.

As explicações acima nos ajuda a clarear as idéias, permitindo-nos criticar o fetiche revolucionário que permeia muitas explicações na sociedade. Ora, o que se quer dessas populações mais carentes, quando se fala em revolução? Se a idéia é mobilizar as massas, que se extirpe qualquer tipo de religião, como queriam os esquerdistas mais radicais. No entanto, esse pensamento pode ser bastante maniqueísta no sentido de não entender bem as carências dessas camadas mais pobres da sociedade, bem como os aspectos positivos que seu pertencimento ao grupo religioso pode lhes trazer.

É necessário também mencionar alguns aspectos positivos e mesmo progressistas da atuação pentecostal na sociedade e na política. Em entrevista concedida à revista *online* “No Mínimo”, a doutora em sociologia Maria das Dores Campos Machado (2006) (que acaba de escrever um livro sobre a participação dos

evangélicos nas eleições) demonstra alguns desses aspectos. Um deles é o papel que as igrejas têm ao demonstrar a importância do voto e das eleições para seus fiéis. Mesmo que de forma tendenciosa, o que se relaciona com o baixo nível de instrução de boa parte desses, trata-se de um processo importante. Além disso, as igrejas têm realizado, na lacuna do Estado, vários trabalhos de assistência social indispensáveis às populações mais carentes. E, não obstante esses fatos, o comportamento político pentecostal e sobretudo da IURD, grupo de maior relevância na arena política, demonstra pontos muito mais modernos e progressistas do que por exemplo as políticas defendidas pela Igreja Católica, como a atenção aos movimentos de liberação da mulher e do negro, bem como a defesa de pontos como a contracepção e o uso de células-tronco, assuntos-tabu para o catolicismo. Um fato interessante citado pela autora foi uma proposta de lei apresentada pelo senador e bispo licenciado da IURD Marcelo Crivella, regulamentando o aborto para casos de anencefalia.

Além disso, analisando o conteúdo do jornal da IURD que, por ter abrangência nacional, trata-se de um de seus principais veículos de propaganda, podemos perceber que não se trata apenas de panfletismo. A Folha Universal, a despeito da óbvia seção panfletária, trata de muitos problemas da vida cotidiana, sobretudo chamando a atenção da população para o descaso dos governos com áreas carentes. Nesse aspecto, é seguro afirmar que, por incrível que pareça, trata-se de um jornal mais crítico que os jornais “laicos” mais baratos de circulação nacional.

Por fim, acreditamos que ao contrário de dizer que o pentecostalismo e suas vitórias eleitorais na sociedade brasileira são malélicas e desmobilizantes, podemos entender seu papel através do processo democrático. Ora, se a mobilização para o voto de grande parte de seus fiéis tem demonstrado efeitos surpreendentes, isso se deve a uma falha do sistema político “convencional”, por assim dizer, em atender às suas necessidades. O abandono histórico das camadas populares pela classe política brasileira tem sido percebido pelos novos políticos pentecostais. O Estado e a democracia falharam em algum momento. Se entendermos a democracia conforme o cientista político americano E. E. Schattschneider (1975), a democracia brasileira então não conseguiu *socializar os conflitos* estabelecidos pelas classes mais carentes da sociedade até então. E tal feita parece ter sido conseguida pelo pentecostalismo.

Isso nos permite portanto exorcizar de vez o fetiche revolucionário, e começarmos a pensar na democracia, nas suas formas e em seu funcionamento. A social-democracia de Eduard Bernstein nos ensinou uma importante lição, que é a de entender a democracia enquanto o último fim. É um grande erro pensar em revolução se não conseguimos compreender como a sociedade brasileira está entendendo o voto. É um delírio utópico sonhar com a revolução se a democracia brasileira ainda não percebeu que deve prestar atenção às demandas das camadas mais carentes. Por fim, não seria muito pretencioso dizer que o pensamento social brasileiro, muito antes de pensar em revolução, deve pensar em como aprimorar sua democracia para que ela alcance os interesses daqueles que mais precisam dela. Essa seria, na verdade, a verdadeira revolução, conforme defendia Bernstein.

### **Aspectos da territorialidade pentecostal: aspectos e percepções iniciais para pesquisa**

Em princípio faz-se necessário uma explicação antes de iniciar esse capítulo. O resumo proposto para este Encontro propunha-se a estudar com mais afinco a territorialidade da IURD no município do Rio de Janeiro, uma vez que tal feita subsidiará uma pesquisa maior para dissertação de mestrado, que ocupa-se da realização de uma Geografia Eleitoral dos votos da IURD no referido município. O proposto para este XI Encontro de Geógrafos da América Latina era portanto o mapeamento dos templos da IURD no município, para se ter uma melhor idéia das estratégias territoriais desta instituição. No entanto, dificuldades técnicas e empíricas surgiram ao longo do caminho impossibilitando que tal objetivo fosse alcançado. Além disso, novos aportes teóricos e conteúdos estudados no final do último ano, sobretudo a respeito da social-democracia, demonstraram fortuitos argumentos e construções de raciocínio que consideramos indispensáveis para o entendimento do crescimento pentecostal no Brasil e na América Latina. Por ora ficamos, portanto, apenas com algumas considerações sobre a territorialidade pentecostal.

Em estudo pioneiro, Mônica Sampaio Machado (*op. cit.*) demonstra, através de estudos empíricos e dados fidedignos, que as igrejas evangélicas pentecostais, em sua

totalidade, e, pelo menos na região metropolitana do Rio de Janeiro, de fato concentram nas áreas periféricas e mais pobres sua maior clientela. Trata-se, sem dúvida, de um importante estudo empírico que ajuda a fundamentar a tese de que tais igrejas têm na população pobre sua maior clientela, o que é *quase* o sinônimo de mencionar que elas concentram seus templos nas periferias urbanas. O problema é que esse “quase” pode obscurecer alguns aspectos<sup>1</sup>.

Um problema no estudo de Machado é que a autora trata todas as igrejas pentecostais em um só bloco, chegando a um resultado agregado. Isto ajuda-nos a ter uma noção geral, mas esconde especificidades. Como a própria autora menciona, há dentre as crenças pentecostais certas igrejas que concentram sua clientela nas classes média e média/alta. A distribuição delas sem dúvida difere da maioria. O pentecostalismo não se trata portanto de um bloco, mas um conjunto heterogêneo de denominações.

Um segundo aspecto, que nos diz mais respeito, refere-se ao comportamento da IURD. Mesmo que o perfil das igrejas pentecostais seja o foco nas camadas mais carentes, a Igreja Universal parece ter um comportamento bastante diferente das demais. Nota-se a presença de templos, muitos deles opulentos, por toda a parte, tanto nos bairros ricos quanto nos bairros pobres. Além disso, essa instituição parece ter um comportamento estratégico tanto territorial quanto político *aprioristicamente* definido, ao contrário do comportamento mais descentralizado conforme definido pela autora supracitada para as igrejas pentecostais. De fato, a territorialidade da IURD não parece se enquadrar no conceito de “territorialidade informal e fugaz” definido por Machado. Tudo indica que seu comportamento é mais centralizado e que a localização de seus templos dispõem de um pensamento estratégico *a priori*.

Faz-se portanto necessário um estudo empírico de localização de seus templos, que pretendemos fazer em breve para o município do Rio de Janeiro. Para os fins deste artigo, convém apenas referir a participação da IURD no cenário político nacional enquanto um fenômeno legítimo do processo democrático.

## Considerações Finais

Nessas breves considerações finais, concluímos que o avanço pentecostal significa um fenômeno absolutamente legítimo da sociedade brasileira, e um estudo despido de preconceitos e idéias mal-fundadas nos ajuda a perceber aspectos importantíssimos da realidade política nacional e do funcionamento de seu sistema democrático.

A ligação com a social-democracia, e a lição que esta pode nos oferecer para esse assunto, sobretudo através dos escritos de Eduard Bernstein, é que o fetiche revolucionário que costuma aparecer na ciência e no pensamento social brasileiro muitas vezes empobrece as questões e os fenômenos que surgem nessa sociedade. Acostumamo-nos talvez a pensar a revolução antes de pensar em democracia. E o grande trunfo de Bernstein foi demonstrar para a esquerda que a verdadeira revolução está no funcionamento pleno do sistema democrático. Acreditamos que já passou a hora de deixarmos o “attentisme revolutionnaire” de lado, a crença milenarista em uma revolução redentora, e passarmos a adotar uma espera de “atteinte démocratique”. E foi mais ou menos isto que Bernstein pensou, quando procurava estimular a entrada da classe trabalhadora nas disputas parlamentares para que suas demandas fossem ouvidas na arena de negociações da democracia. E parece-nos coerente lutar pela democracia muito antes de se pensar em qualquer tipo de revolução, uma vez em que habitamos em um país e em um continente em que as principais carências da maior parte de suas sociedades não são ouvidas.

Por fim, ficamos com a célebre consideração de Shattschneider a respeito da democracia, referindo-se a uma situação específica em que o povo americano cada vez menos por ela se interessava. O autor dizia que se o povo se abstém, não é porque ele não compreende a democracia. O povo não deve ser feito para a democracia, mas a democracia é que deve ser feita para o povo. E se hoje grande parte do povo brasileiro não entende a democracia enquanto veículo importante de mudanças, parte disto talvez se deva às nossas próprias classes políticas e de pensadores, que pouco a valorizam enquanto objeto pertinente de pesquisa e de análise.



A respeito da territorialidade pentecostal no município do Rio de Janeiro, sugerimos que esta crença pode apresentar um comportamento diferenciado conforme as diferentes denominações. Indicamos ainda o caso da IURD como uma possível diferenciação do quadro geral, admitindo uma possível distribuição não tão presa às classes mais populares e também um provável pensamento estratégico espacial e político aprioristicamente definidos, ambos sujeitos a uma análise mais apurada.

### **Notas:**

<sup>1</sup> Há ainda a possibilidade remota de um maior número de fiéis não significar um maior número de *templos* na periferia, o que demonstraria possíveis estratégias por parte das igrejas no sentido de conquistar outros tipos de clientela. Todavia isto não parece ser provável para a maioria das denominações pentecostais.

### **Bibliografia**

BAUER, Julien. 1999. *Politique et Religion*. Paris, Presses Universitaires de France.

BEOZZO, José Oscar. 2003. "Política, Igrejas e Religiões". In: MENDES, Candido *et al.* 2003. *Os Evangélicos na Política*. Rio de Janeiro, Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade, pp. 29-68.

BERNSTEIN, Eduard. 1993. *The Preconditions of Socialism* (editado por Henry Tudor). Cambridge, Cambridge University Press.

CESAR, Waldo. 2000. "O mundo pentecostal brasileiro". *Cadernos Adenauer: Fé, Vida e Participação*, n. 9. São Paulo, Fundação Konrad Adenauer, pp. 53-68.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, Centro de Políticas Sociais (2005). *Retratos das religiões no Brasil*. FGV, [www.fgv.br/cps](http://www.fgv.br/cps).

KAUTSKY, Karl. 1971. *The Class Struggle (The Erfurt Program)*. New York, W. W. Norton.

MACHADO, Maria das Dores Campos. 2006. "Voto sob controle da fé". Entrevista concedida à revista virtual "No Mínimo". <http://nominimo.ibest.com>

MACHADO, Mônica Sampaio. 1992. *A territorialidade pentecostal: um estudo de caso em Niterói*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

- BERGOUNIOUX, Alain e MANIN, Bernard. 1979. *La Social-Démocratie ou le Compromis*. Paris, Presses Universitaires de France.
- MANIN, Bernard. 1989. "Démocratie, pluralisme, libéralisme". In: BERGOUNIOUX, A. e MANIN, B. 1989. *Le Régime Social-Democrate*. Paris, Presses Universitaires de France.
- MARIZ, Cecília Loreto (2000). "Uma análise sociológica das religiões no Brasil: tradições e mudanças". Cadernos Adenauer: Fé, Vida e Participação, n. 9. São Paulo, Fundação Konrad Adenauer, pp. 33-52.
- PRZEWORSKI, Adam. 1985. *Capitalism and Social Democracy*. New York, Cambridge University Press.
- RUSSELL, Bertrand. 1979. *O Poder*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- SCHATTSCHEIDER, E. E. 1975. *The Semisovereign People: a realist's view of democracy in America*. Hinsdale, Illinois, The Dryden Press.
- SOUZA, Etiane C. B. e MAGALHÃES, Marionilde D. B (2002). "Os pentecostais: entre a fé e a política". *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH. Vol. 22, n.º 43. pp. 85-105.